

Classes Sociais e Estratificação Social*

Rodolfo Stavenhagen

A análise das estruturas de classes e das estratificações é um instrumento metodológico que foi desenvolvido pelos sociólogos dos países ocidentais no estudo de suas próprias sociedades. Pouco sistemáticos têm sido os esforços para aplicar estes conceitos ao estudo das sociedades não ocidentais e dos países subdesenvolvidos. Por outro lado, ainda nos países industriais, a análise das classes tem-se limitado com frequência ao marco social industrial e urbano. Em comparação ao número de obras que tratam da sociedade industrial, poucos são os estudos sobre as classes rurais, e encontram-se geralmente na literatura marxista.

Antes de proceder ao estudo das classes sociais nas sociedades agrárias dos países subdesenvolvidos, convém analisar brevemente os problemas metodológicos e teóricos que enfrentam os investigadores neste campo, sobretudo no que se refere à confusão muito generalizada entre classes sociais e estratificação.

A estratificação social

Por estratificação social se entende, geralmente, o processo mediante o qual os indivíduos, as famílias ou os grupos sociais são hierarquizados numa escala, uns nos escalões superiores e outros nos inferiores. Esta concepção apresenta vários problemas.

a) Segundo Davis e Moore,(1) as estratificações são universais e representam a distribuição desigual de direitos e obrigações numa sociedade. A sociedade, segundo os mesmos autores, tem necessidade de situar e motivar os indivíduos na estrutura social, e a base para isso é constituída pelo prestígio diferencial das diversas posições na sociedade e das pessoas que ocupam essas posições. A pergunta que surge de imediato é: Quais são as bases do prestígio de certas posições sociais? É fácil

(*) Rodolfo Stavenhagen, *Las crases sociales en las sociedades agrarias* (cap. 2: "Clases sociales y estratificación"), Siglo Veintiuno Editores S. A., México, 1970 (2ª ed.), pp. 20-46. Tradução de Berenice Moraes Lacroix e Shiguenoli Myiamoto. Reprodução autorizada por Edições Loyola.

(1) Kingsley Davis e Wilbert E. Moore, "Some Principles of Social Stratification", *American Sociological Review*, 10, 2, 1945.

ver as dificuldades para estabelecê-las: pode tratar-se do prestígio que o investigador atribui às posições, ou do prestígio que um indivíduo atribui à sua própria posição; do prestígio que um indivíduo atribui à posição de outros, ou, ainda, do prestígio de uma determinada posição, cuja valoração é aceita por toda a sociedade. O panorama da estratificação varia segundo o caminho tomado em cada caso. Por exemplo, a escola sociológica de W. Lloyd Warner, que estudou a estratificação nos Estados Unidos, tem sido criticada, com certa razão, porque não distingue claramente entre estes diferentes aspectos do "prestígio" como base da estratificação. Warner, em seu já famoso esquema das cinco classes sociais, faz valer, às vezes, sua própria opinião sobre o prestígio de determinadas posições sociais e às vezes a opinião de alguns de seus informantes sobre o prestígio de outros membros da comunidade. Também combina estes critérios com certos índices objetivos aos quais voltaremos mais adiante. A. Touraine, entre outros, mostrou as limitações deste enfoque.(2) Para o sociólogo norte-americano Talcott Parsons(3) a estratificação é a resultante das valorações diferenciais dos objetivos da ação social, ou seja, toda estratificação representa uma hierarquia de valores. Isto supõe, ao menos implicitamente, um sistema de valores comum da sociedade.(4)

Devido ao caráter essencialmente subjetivo destes procedimentos, que não podem conduzir à análise das estruturas sociais, certos autores descartam totalmente o fenômeno da estratificação de suas preocupações sobre as classes sociais.

b) Mas, se se aceita que a estratificação social está baseada em critérios objetivos, reais, e não somente numa concepção subjetiva, então o problema consiste em conhecer estes critérios. Davis e Moore(5) assinalam a existência de dois fatores que, segundo eles, determinam o lugar dentro de uma hierarquia, das distintas posições na sociedade: sua importância para a sociedade, isto é, sua função e o treinamento ou o talento necessário para ocupá-las. As funções principais, com respeito às quais se estabelecem as estratificações, seriam a religião, o governo, a riqueza, propriedade e trabalho, e o conhecimento técnico. Em geral, nas investigações empíricas se tomam como índices para o estabelecimento de sistemas de estratificação os seguintes critérios: o nível de renda, a origem da renda, a riqueza, a educação, o prestígio da ocupação, a área residencial, a raça ou etnia e outros critérios secundários. Na maioria dos estudos sobre a estratificação, estes critérios são tomados isoladamente ou combinados. Em relação a cada um destes é possível estabelecer um sistema de níveis, isto é, uma hierarquia ou estratificação. Mas é evidente que uma estratificação social baseada somente num destes critérios (a renda ou a ocupação, por exemplo), não corresponderia à realidade social. Por isso, é cada vez mais comum a elaboração de índices múltiplos, mediante cálculos estatísticos e fala-se de sistemas multiestratificados.

Ao considerar os diferentes critérios da estratificação é necessário distinguir claramente aqueles que são quantitativos, e que podem ser representados por gradações ou curvas (tais como o nível de renda ou a educação), e os que são qualitativos. Estes, por sua vez, são de dois tipos: os critérios objetivos (tais como a posse ou não posse de certos bens, o tipo de trabalho desempenhado na sociedade, o desempenho de funções diretoras ou subalternas etc.) e os critérios que, ainda que objetivos, estão baseados, sem dúvida, em avaliações subjetivas, tais como o prestígio de certas ocupações ou dos diferentes grupos raciais ou étnicos (critério importante nas sociedades com problemas de minorias).

Outro problema importante, no que diz respeito aos critérios da estratificação, é o de delimitar o universo social em que tal ou qual estratificação é válida. O sistema de estratificação ideal seria aquele que pudesse ser aplicado a toda a sociedade. Entretanto, poucos autores têm tentado estabelecer sistemas gerais desta índole. Os estudos empíricos geralmente tomam como universo uma determinada comunidade; mas as comunidades não são representativas da sociedade em geral, o que faz

(2) Alain Touraine, "Classe social et statut socio-économique", *Cahiers Internationaux de Sociologie*, XI, 1951.

(3) Talcott Parsons, "A Revised Analytical Approach to the Theory of Social Stratification", in Reinhard Bendix e Seymour H. Lipset (orgs.), *Class, Status and Power*, Glencoe, The Free Press, 1953.

(4) Essa é também a suposição de Warner e outros investigadores, mas não corresponde aos fatos reais. Voltaremos ao tema mais adiante.

(5) *Loc. cit.*

com que estes esquemas já não sejam válidos se queremos aplicá-los a casos gerais.(6) De fato, a sociedade-nação como um todo não é realmente uma verdadeira unidade no que se refere à estratificação. Dever-se-á distinguir pelo menos dois setores regionais, cada qual com estratificações próprias: o setor rural e o urbano.(7)

c) O terceiro problema é o de conhecer a unidade da estratificação: o indivíduo ou o grupo social. É este um dos problemas fundamentais da estratificação, já que implica em estabelecer a diferença entre a descrição taxonômica e a análise estrutural da sociedade. A posição de um indivíduo num sistema de estratificação, como resultado de uma série de atributos individuais, é considerada como seu *status* social.(8) Com frequência, o estudo da estratificação não é mais do que a busca dos *status* individuais, e fala-se também, com frequência, de sistemas de *status* ao invés de sistemas de estratificação.

Entretanto, num grande número de investigações sobre a estratificação se reconhece não somente uma escala de *status* individuais, mas, também, a existência objetiva, hierarquizada, de uma série de categorias sociais mais ou menos homogêneas. Os indivíduos que integram estas categorias possuem em comum certos índices da estratificação ou indicadores da posição social. Estas categorias ou agrupamentos discretos são chamados estratos ou camadas ou, ainda, — e eis aí a maior causa da confusão — classes. Geralmente, trata-se apenas de categorias estatísticas (isto é, de uma série de pessoas que têm em comum um número determinado de características mensuráveis, ou seja, um *status* comum), ou de agrupamentos de pessoas caracterizadas por uma conduta semelhante, ou por atitudes e opiniões comuns, ou por um certo grau de interação e de associação mútuas. Na quase totalidade da literatura sociológica contemporânea, o conceito de *classes sociais* tem esta significação: agrupamentos discretos hierarquizados num sistema de estratificação.

A consideração das classes como simples estratos ou camadas estatísticas hierarquizadas tem permitido a elaboração de um número indefinido de esquemas dicotômicos, tricotômicos, quadritômicos e quintotômicos, em cujos extremos encontramos sempre as classes chamadas “superiores” e “inferiores” ou “baixas”, e nos quais abundam as classes ou camadas “médias”. A maioria dos investigadores norte-americanos tem encontrado cinco ou seis classes nos Estados Unidos; os mais ortodoxos, e também a maior parte dos sociólogos latino-americanos,(9) contentam-se com o esquema aristotélico de três classes sociais.

O fato de que um sistema de estratificação seja representado por um *continuum* de *status* individuais sem divisões determinadas ou por uma hierarquia de categorias discretas e delimitadas, depende dos indicadores empregados. Os critérios quantitativos produzirão um *continuum* e os critérios qualitativos uma hierarquia escalonada. Uma combinação de quaisquer destes critérios produzirá uma das duas possibilidades, ao gosto do investigador. Os estudos sobre a estratificação ainda não deram, todavia, conceitos precisos nem esquemas definitivos a este respeito.

d) Resta ver quais são as relações entre a estratificação e a estrutura social em geral, ou em algum dos seus aspectos. Max Weber fez a já famosa distinção entre as três dimensões da sociedade: a ordem econômica, representada pela classe; a ordem social, representada pelo *status* ou estamento (*stand*); e

(6) O antropólogo Walter Goldschmidt faz essa crítica em relação à escola de Warner. Cf. seu “Social Class in America. A Critical Review”, *American Anthropologist*, 52, 1950.

(7) T. H. Marshall, “A General Survey of Changes in Social Stratification in the Twentieth Century”, in *Transactions of the Third World Congress of Sociology*, Amsterdã, 1956.

(8) Kingsley Davis, “A Conceptual Analysis of Stratification” *American Sociological Review*, 7, 3, 1942. Originalmente, o termo *status* não implicava uma estratificação. Veja-se Ralph Linton, *Estudio del hombre*, México, FCE, 1956, cap. VIII, e a discussão de T. H. Marshall, “A Note on Status”, in *Ghurje Felicitation Volume*, Bombaim, 1954. Alguns autores consideram a família, e não o indivíduo, como verdadeira unidade da estratificação.

(9) Veja-se, por exemplo, só para citar alguns, os trabalhos publicados em *Materiales para el estudio de la clase media en America Latina*, Washington, Unión Panamericana, 1950; José Iturriaga, *La estructura social y cultural de México*. México, FCE, 1950; Lúcio Mendieta y Nuñez, *Las clases sociales*, México, UNAM, 1947; Mário Monteforte Toledo, *Guatemala, Monografía sociológica*, México, UNAM, 1959; Carlos Rama, *Las clases sociales en el Uruguay*, Montevideo, 1960.

a ordem política, representada pelo partido.(10) Cada uma destas dimensões tem uma estratificação própria: a econômica, representada pelos rendimentos e pelos bens e serviços de que dispõe o indivíduo; a social, representada pelo prestígio e a honra que desfruta; e a política, representada pelo poder que ostenta. A classe, portanto, baseada na ordem econômica, não seria mais do que um aspecto da estrutura social, aspecto que, segundo T. H. Marshall,(11) está perdendo sua importância na sociedade moderna, diante da importância do *status* como elemento primordial da estratificação social.

É difícil ver como os esquemas de estratificação que mostram estratos ou classes “superiores”, “médias” e “baixas”, com todas as suas diversas variações, podem ser integrados à estrutura social, se não se tomam em consideração outros fatores. As críticas principais feitas aos estudos da estratificação argumentam que a estratificação não vai além do nível da experiência,(12) que se trata de simples descrições estáticas,(13) que conduzem aos estereótipos e não à compreensão das estruturas.(14) Marshall afirma que se requer uma análise dinâmica de tensões e ajustes, de processos. E Lipset e Bendix pedem uma perspectiva histórica para uma análise que compreenderia, antes de tudo, o fator de processo e de mudança social. Para que o fenômeno da estratificação adquira este aspecto dinâmico e estrutural é necessário que esteja ligado à análise da estrutura de classes sociais, que trataremos em seguida.

A mobilidade social

Antes, porém, de examinar este problema temos que mencionar um aspecto importante de todos os estudos sobre a estratificação, que é apresentado, às vezes, como o tratamento “dinâmico” na análise da estratificação. Trata-se dos estudos sobre a mobilidade social, que ocupam um lugar de importância neste campo de investigações. A mobilidade social implica “um movimento significativo na posição econômica, social e política de um indivíduo ou de um estrato”.(15)

Mas geralmente o que se estuda é a mobilidade individual, pois a mudança na posição dos estratos tem mais a ver com a evolução ou o desenvolvimento social, que não deve confundir-se com a mobilidade social. Os estudos sobre a mobilidade baseiam-se no fato de que os sistemas de estratificação do mundo moderno não são rígidos e permitem a passagem de um indivíduo de um *status* ou de uma “classe” a outra. A mobilidade social no campo da estratificação é uma mobilidade vertical, que se distingue da mobilidade horizontal e da mobilidade geográfica. Os investigadores tomam geralmente como ponto de partida as mudanças na ocupação do indivíduo.

A proliferação dos estudos sobre a mobilidade, principalmente na sociologia norte-americana, tem implicações teóricas que é preciso assinalar brevemente:

a) Dois tipos de mobilidade foram assinalados: a oferta de *status* vazios (“o vazio demográfico” das classes superiores) e o intercâmbio de posições (para cada movimento para cima há um movimento para baixo).(16) Mas, na prática, os estudos sobre a mobilidade têm por objeto, geralmente, a mobilidade ascendente, e ignoram a mobilidade descendente.(17) Isto contribui para uma visão falsa da realidade.

(10) Max Weber, *Economia y sociedad*, vol. IV, México, 1944, cap. 4.

(11) T. H. Marshall, “A General Survey...” *loc. cit.*

(12) Alain Touraine, *loc. cit.*

(13) T. H. Marshall, *loc. cit.*

(14) Seymour M. Lipset e Reinhard Bendix, “Social Status and Social Structure: A Reexamination of Data and Interpretations”, *The British Journal of Sociology*, II, 1951.

(15) S. H. Miller, “The Concept and Measurement of Mobility”, in *Transactions of the Third World Congress of Sociology*, Amsterdã, 1956.

(16) Seymour M. Lipset e H. L. Zetterberg, “A Theory of Social Mobility”, in *Transactions of the Third World Congress of Sociology*, Amsterdã, 1956.

(17) A sociologia norte-americana está cheia de estudos sobre a “ascensão social” dos indivíduos, graças à educação, às oportunidades econômicas, ao esforço individual etc. (e por implicação, graças ao sistema da livre-empresa dos Estados Unidos). O “descenso social” de muitos pequenos empresários independentes ao *status* de trabalhadores assalariados e o dos artesãos ao de trabalhadores não-qualificados — característico do desenvolvimento capitalista — têm sido ignorados sistematicamente.

b) A maioria dos estudos sobre a mobilidade tem uma tendência nitidamente psicológica, ao tratar dos problemas da motivação, das atitudes, da consciência de classe etc., do indivíduo em mobilidade, e ao ignorar as condições sociais e econômicas próprias do fenômeno da mobilidade. Neste sentido, pouco contribuem para o estudo das estruturas sociais.

c) Baseados nesse tipo de estudos, muitos autores afirmaram que os Estados Unidos, por exemplo, são uma sociedade com alto grau de mobilidade. Mas assinalou-se recentemente que o é muito menos do que se havia pensado, e menos que certas sociedades da Europa Ocidental.(18) Pretende-se, em geral, que a crescente mobilidade da sociedade industrial ocidental, a partir do século XIX, é a causa do desaparecimento dos antagonismos de classe nestas sociedades e que, portanto, deixaram de ter validade os “velhos” conceitos de classe (isto é, a teoria marxista).(19)

d) Em geral, não se deve subestimar as implicações políticas dos estudos sobre a mobilidade social.(20) Muitos deles têm o propósito de mostrar que a sociedade ocidental é igualitária — todos os indivíduos têm as mesmas oportunidades matemáticas de ascender na escala social — que a “passagem” de uma classe para outra substituiu os “conflitos” entre as classes. Este aspecto do conceito da mobilidade tem sido criticado com frequência.(21)

A mobilidade social é um fato importante em todas as sociedades, sobretudo se a estudarmos em relação às estruturas do poder e à conduta política, e às mudanças nas estruturas sociais. Mas não é um substituto dos estudos da estrutura de classes e não pode ser tomada, isoladamente, como um índice de determinadas modificações da estrutura de classes, tal como o pretendem certos autores.

As classes sociais

Já vimos que os estratos num sistema de estratificação recebem comumente o nome de “classes”. Entretanto, este conceito tem pouco a ver com o que vamos desenvolver nesta seção, e que é o resultado de uma concepção estrutural-funcional e dinâmica das classes. Porém, esta concepção, apesar de haver imposto limites bem definidos ao conceito de classes e apesar da distinção precisa que faz entre este conceito e o da estratificação não deu, entretanto, uma definição unívoca de classe social. É certo que foram formuladas definições formais, mas nenhuma delas logrou incorporar a complexidade total do fenômeno.(22) No entanto, não é necessária, em nossa opinião, uma definição completa e exaustiva, para dar ao conceito de classe o conteúdo específico que permita empregá-lo na análise estrutural da sociedade. Além de simples definições, é necessário assinalar, em primeiro lugar, o tipo de conceito de que se trata e como este se integra à teoria sociológica. Isto porque o conceito de classe social só tem valor como parte de uma teoria das classes sociais. A concepção estrutural e dinâmica das classes sociais foi desenvolvida por Marx e Engels e a literatura recente, em que o conceito de classe não foi absorvido inteiramente pelo de estratificação, se inspira, invariavelmente, na concepção marxista. Mas é sabido que nas obras de Marx não se encontra em nenhum

(18) Seymour M. Lipset e H. L. Zetterberg, *loc. cit.* Veja-se, também, S. M. Lipset e R. Bendix, *Social Mobility in Industrial Society*, Berkeley, 1959.

(19) Lipset e Zetterberg, *op. cit.*

(20) F. Van Heek, “Some Introductory Remarks on Social Mobility and Class structure”, in *Transactions...*, *op. cit.*

(21) Veja-se, por exemplo, A. Bojarski, “A propos de la ‘mobilité sociale’”, in *Études sociologiques, Recherches internationales*, 17, 1960 (Paris).

(22) Veja-se, por exemplo, a “definição exaustiva” de Georges Gurvitch em *El concepto de clases sociales de Marx a nuestros días*, Buenos Aires, 1957, assim como a que oferece Pitirim Sorokin em “What is a Social Class?” em R. Bendix e S. M. Lipset (orgs.), *Class, Status and Power*, *op. cit.*, e que não difere grandemente da anterior. Estas definições deixam sem esclarecer, lamentavelmente, alguns dos problemas principais, com os quais, com certeza, a maioria dos sociólogos tem-se defrontado: por exemplo, as relações entre as classes, sua função na sociedade, sua evolução dinâmica e, principalmente, os fatores que distinguem as classes umas das outras.

momento uma definição exaustiva das classes e que a análise sistemática do tema ficou inacabada no último volume d'O *Capital*. Sem dúvida, através das diversas obras de Marx aparecem distintas interpretações do fenômeno que nem sempre concordam, mas que de forma alguma se contradizem. São, ao contrário, exemplos da aplicação do método dialético aos fenômenos sociais, em diferentes tipos de análises, e da maturação do conceito na própria mente do autor. Os três aspectos do conceito são o filosófico, o econômico e o histórico.(23) Entretanto, em todos eles ressalta-se o enfoque que podemos chamar estrutural-funcional e dinâmico.(24) Este enfoque implica uma série de problemas que analisaremos em seguida.

a) Se os estratos, como vimos ("camadas" ou "classes"), no sentido de uma estratificação, constituem categorias descritivas, estáticas, as classes sociais, segundo a concepção que tentamos mostrar aqui, constituem categorias analíticas. Isto é, fazem parte da estrutura social, com a qual mantêm relações específicas; seu estudo conduz ao conhecimento das forças motrizes da sociedade e dos dinamos sociais; permitem passar da descrição à explicação no estudo das sociedades. Como já mencionamos, o conceito de classe só adquire valor analítico como parte de uma teoria de classes.

b) A classe social é também, e antes de tudo, uma categoria histórica. Isto quer dizer que as classes estão ligadas à evolução e ao desenvolvimento da sociedade; encontram-se nas próprias estruturas sociais que a caracterizam. É por isso que faz pouco sentido falar, como o fazem os sociólogos da escola da estratificação, das classes altas, médias e baixas em todas as sociedades e em todos os tempos. As classes têm um conteúdo sociológico específico; as categorias sociais a que se referem podem ser descritas sempre com termos específicos. Assim, Marx fala em sua análise de "proletariado", de "pequena burguesia", de "aristocracia financeira", e estes termos têm em cada caso um conteúdo específico e concreto, de acordo com o momento histórico a que se referem. As classes não são imutáveis no tempo: formam-se, desenvolvem-se, modificam-se à medida que se vai transformando a sociedade, são o resultado destas contradições e, por sua vez, contribuem para o desenvolvimento das mesmas. Entre as classes e a sociedade, e entre as próprias classes, existe um movimento dialético constante, cujas particularidades em cada caso só poderiam ser descritas pelas investigações empíricas. As classes atuam como forças motrizes na transformação das estruturas sociais; constituem parte integrante da dinâmica da sociedade, e são movidas, ao mesmo tempo, por sua própria dinâmica interna. As classes surgem de determinadas condições estruturais da sociedade e constituem elementos estruturais da mesma.

c) O problema que mais tem dividido as diversas correntes sociológicas é o do critério ou dos critérios que servem para distinguir as classes, o das bases sobre as que se constituem as classes sociais. Desde que Max Weber distinguiu as dimensões econômica, política e social, certos autores só reconhecem no conceito de classe uma base econômica, e é esta geralmente a posição que se atribui, equivocadamente, ao marxismo.(25) Para alguns autores as semelhanças culturais, mentais, morais e de conduta dos membros de uma classe social, são devidas à base objetiva de posições ocupacionais, econômicas e legais semelhantes de seus membros.(26) Para outros, desejosos de eliminar toda im-

(23) Que se encontram sobretudo, respectivamente, nas obras de juventude de Marx (até O manifesto comunista), em O *Capital*, e nas obras históricas (*As lutas de classes na França*, O 18 Brumário de Luís Bonaparte, A Guerra Civil na França). Veja-se Raymond Aron, "Social Structure and the Ruling Class", *The British Journal of Sociology*, 1. 1950.

(24) Há numerosas exposições da concepção marxista de classes, nem todas do mesmo valor, nem escritas com a mesma compreensão do conceito. Para citar só algumas das mais recentes: Ralf Dahrendorf, *Soziale Klassen und Klassenkonflikt in der Industriellen Gesellschaft*, Stuttgart, 1957, cap. I; Georges Gurvitch, *El concepto de clases sociales de Marx a nuestros días*, Buenos Aires, 1957, primeira parte; Reinhard Bendix e Seymour M. Lipset, "Karl Marx' Theory of Social Classe" em *Class, Status and Power*, op. cit. R. Duchac, "Bourgeoisie et prolétariat à travers l'oeuvre de Marx". *Cahiers Internationaux de Sociologie*, XXX, 1961; E. de Grolier, "Classes et rapports de classes dans les premières oeuvres de Karl Marx" e "Classes et rapports de classes dans la théorie marxiste (de 1859 a 1865)", em *Cahiers Internationaux*, vol. 6, n° 55 e 60, 1954; S. Ossowski, "Les différents aspects de la classe sociale chez Marx", em *Cahiers Internationaux de Sociologie*, XXIV, 1958.

(25) Max Weber, op. cit. Há que assinalar, sem dúvida, que a concepção que tinha Weber da ordem econômica não corresponde à de Marx.

(26) Cf. Pitirim Sorokin, loc. cit.

plicação econômica do conceito de classe, deve-se levar em conta somente a base política, tomada em seu sentido amplo, isto é, de relações de poder e de dominação.(27)

A posição marxista não deixa dúvidas a respeito. Não é a ocupação, nem o nível das rendas, nem o estilo de vida, que constitui o critério principal, para a caracterização de uma classe social, apesar de constituírem critérios secundários que vigoram em casos particulares. Estes aspectos, assim como o poder ou o domínio político (que possui, todavia, um determinismo próprio), não são mais do que fatores dependentes que expressam ou refletem em maior ou menor grau um critério fundamental. Isto foi exposto de forma clara por Lênin: "As classes são grandes grupos de homens que se diferenciam pelo lugar que ocupam num sistema historicamente determinado de produção social, por suas relações com os meios de produção (na maioria das vezes estabelecidos e formulados por leis), pelo papel que desempenham na organização social do trabalho, e, conseqüentemente, pelo modo como obtêm a parte da riqueza social de que dispõem e pelo tamanho desta. As classes são grupos de homens, dos quais uns podem apropriar-se do trabalho de outros por ocupar posições diferentes num regime determinado de economia social" (28) Esta definição não abrange todas as implicações nem todos os aspectos do conceito de classe social na literatura marxista, e não deve ser considerada como uma definição exaustiva. Entretanto, mostra qual é, para o marxismo, a base econômica da constituição das classes sociais, critério fundamental para a sua integração: a relação com os meios de produção. Não se trata de um critério arbitrário, escolhido ao capricho do autor (como sucede com os critérios da estratificação), mas de uma conseqüência lógica da análise estrutural da sociedade. Se as relações dos homens com os meios de produção determinam a existência desses agrupamentos humanos que chamamos classes, é porque as forças de produção, por um lado, e as relações de produção por outro, dão a cada estrutura socioeconômica, a cada etapa histórica, seu conteúdo e sua forma, sua fisionomia própria. O modo de produção de uma sociedade determinada, que é o que distingue uma estrutura socioeconômica de outra, impõe a determinados grupos humanos suas características específicas e o tipo de relações que mantêm com outros grupos de mesma índole. Estes grupos são as classes, e estas relações são as relações de classes. Só quando se toma a relação com os meios de produção como o critério fundamental para a determinação das classes sociais, é que é possível ligar estas com a estrutura social e chegar à análise estrutural de sociedade e à explicação sociológica e histórica. Os autores que tomam outros critérios, isolados ou combinados, e que ignoram este critério fundamental, falam, certamente, de "classes", mas não conseguem estabelecer um conceito analítico que sirva para a análise estrutural e a explicação histórica. E por isso que os já mencionados esquemas de "classes" altas, médias e baixas não têm conteúdo sociológico específico nem relação alguma com estruturas socioeconômicas, históricas e concretas.(29)

Como se depreende da definição de Lênin, não se trata apenas, para o marxismo, de classificar a tal ou qual indivíduo, de identificar tal ou qual pessoa concreta com esta ou aquela classe social. Tampouco se trata somente de distinguir, por exemplo, entre os que possuem os meios de produção e os que não os possuem, entre os que trabalham e os que não trabalham etc. Estas distinções, que são geralmente aceitas também por outros autores, não constituem mais do que uma parte da concepção geral da classe social. O que importa é que estas distinções, e outras, ocorrem dentro de um sistema socioeconômico determinado, no qual as classes em oposição (dominantes-dominados) são também complementares e estão dialeticamente ligadas entre si, já que são parte integral do funcionamento de um todo (exploradores-explorados).

(27) Ralf Dahrendorf, *op. cit.*

(28) V. I. Lênin, "Una gran iniciativa", em *Obras escogidas*, vol. II, Moscou, 1948, Ediciones en Lenguas Extranjeras, pp. 612-13.

(29) Uma afirmação típica (hipotética) desta tendência seria, por exemplo: "No México, durante o *Porfiriato*, a classe alta era pequena mas rica e poderosa, e a classe baixa, que constituía a maioria, vivia na miséria. Não havia, portanto, classe média. Atualmente, graças à Revolução, as classes médias estão crescendo, a classe baixa continua sendo numerosa e a classe alta já não tem o poder que tinha antes." Para algumas análises deste tipo, veja-se, por exemplo, José Iturriaga, *op. cit.*; Arturo González Cosío, "Classes e estratos sociais". in *México, 50 anos de revolution*, II, *La vida social*. México, FCE, 1962; Howard Cline, *Mexico, from Revolution to Evolution*, Londres, 1962.

d) Um dos aspectos fundamentais do conceito de classes é que estas não existem isoladas, mas somente como parte de um sistema de classes. As classes sociais só existem em relação umas com as outras. O que define e distingue as diversas classes são as relações específicas que se estabelecem entre elas. Uma classe social só pode existir em função de outra. As relações entre as diferentes classes podem ser de vários tipos, mas entre elas destacam-se as que podemos considerar como relações fundamentais ou estruturais. Estas estão determinadas pelos interesses objetivos que têm as classes, como resultado das posições específicas que ocupam no processo produtivo, como resultado da situação específica que tem cada uma delas com respeito aos meios de produção. Essas posições diferenciais que permitem, segundo a formulação de Lênin, que uma classe social se aproprie do trabalho de outra, determinam que os interesses objetivos das classes não apenas sejam distintos mas contrários e opostos. Portanto, as relações fundamentais que se estabelecem entre as classes são relações de oposição. Dizemos que são fundamentais, porque estas relações de oposição são as que contribuem para a transformação das estruturas sociais. As relações de oposição são assimétricas: as classes não se enfrentam, em plano de igualdade. As posições diferenciais que as classes ocupam na estrutura socioeconômica permitem que umas tenham maior riqueza, maior poder econômico, maior domínio político que outras, e este poder e este domínio são exercidos em detrimento dos interesses das classes que deles carecem. Portanto, as classes em oposição são classes dominantes e classes dominadas; e as relações de oposição são relações de dominação-subordinação. Mas essas relações constituem apenas um aspecto da oposição. As classes opostas, dominantes e dominadas, não só constituem dois fenômenos sociais distintos, mas também duas facetas de um mesmo fenômeno social total. No seio de uma estrutura socioeconômica determinada, as classes sociais em oposição são ao mesmo tempo classes *complementares*, porque formam parte integrante do funcionamento do sistema, e classes *antagônicas*, porque representam as contradições internas fundamentais do sistema e porque são as forças que conduzem à transformação radical deste. A base do antagonismo, da contradição, está, repetimos, na posição diferencial das classes em relação aos meios de produção, o que permite que a mais-valia produzida por uma delas seja apropriada pela outra. Em outras palavras, as classes em oposição são classes exploradoras e classes exploradas, e suas relações constituem relações de exploração. Temos, pois, que as classes são *complementares*, *opostas* e *antagônicas*, e que suas relações podem ser descritas, no marco da estrutura sócio-econômica total, com os termos função, oposição e contradição, o que conduz inevitavelmente à transformação de todos os seus elementos constituintes e da estrutura como um todo.

e) As oposições entre as classes não são somente acadêmicas; manifestam-se em todos os níveis da ação social, nos conflitos e nas lutas de classes, sobretudo no campo político e econômico. As classes, portanto, não apenas constituem elementos estruturais da sociedade, como também, acima de tudo, agrupamentos de interesses político-econômicos particulares, os quais, em circunstâncias históricas específicas, adquirem consciência de si mesmo e destes interesses, e tendem a organizar-se para a ação política com o objetivo de conquistar o poder do Estado. A consciência de classe é o elo que permite a passagem da classe "em si", agrupamento com interesses objetivos "latentes", à classe "para si", grupo de poder que tende a organizar-se para o conflito ou a luta política, e cujos interesses tornaram-se, portanto, "manifestos".(30) Mas a consciência de classe não surge automaticamente da "situação de classe", nem todo agrupamento organizado para o conflito político tem por base a classe social. As relações específicas entre a posição de uma classe num regime determinado de economia social e sua ação política consciente, cujo propósito pode ser a transformação radical das estruturas sociais ou a manutenção das estruturas existentes, variam segundo as circunstâncias históricas particulares e tem que ser, em cada caso, o objeto de investigações empíricas concretas. Há, pois, duas fa-

(30) A tomada de consciência de classe e a transformação da "classe em si" em "classe para si" constituem, todavia, um dos mais delicados problemas da teoria das classes. Nas obras de Marx o tema é tratado nas análises históricas de casos concretos, mas não em forma teórica geral. A noção dos interesses latentes e manifestos das classes tem sido desenvolvida por Dahrendorf, *op. cit.*, que se baseia na teoria da ação e dos "papéis" de Parsons e na análise funcionalista de Merton.

ses consecutivas no desenvolvimento das classes. Na primeira, a classe constitui somente uma classe em relação a outra, devido à sua posição na organização socioeconômica e as relações específicas que resultam desta posição. Na segunda fase, a classe já toma consciência de si mesma e de seus interesses, e de sua "missão" histórica, e se constitui como uma classe "no verdadeiro sentido da palavra", como um grupo de ação política potencial, que intervém como tal nas lutas sociais e nos conflitos econômico-políticos e que contribui como tal para as mudanças sociais e para o desenvolvimento da sociedade. Ainda que as duas fases sejam consecutivas do ponto de vista histórico, já que as condições sociais de existência dos homens determinam a sua consciência, a passagem de uma a outra depende de múltiplos fatores históricos concretos. Em todo caso, é necessário manter sempre presente, no conceito das classes sociais, a distinção entre duas fases ou aspectos de seu desenvolvimento.

f) As lutas e os conflitos entre as classes são a expressão das contradições internas de sistemas socioeconômicos determinados. A contradição principal, que constitui o motor fundamental das lutas de classes, é a contradição entre as forças de produção e as relações de produção. Existem também outras contradições na sociedade, mas esta é a causa dos antagonismos principais entre as classes opostas. A classe dominante, que detém o poder e os meios de produção, representa as relações de produção estabelecidas na sociedade, e a classe dominada, cujo trabalho é apropriado pela outra, as novas forças de produção que mais cedo ou mais tarde entram em contradição com este sistema de relações. É assim que Marx e Engels puderam dizer que a história da humanidade tem sido a história das lutas de classes. Isto porque as transformações estruturais da sociedade implicam a eliminação de relações de produção que já não correspondem às forças de produção em desenvolvimento e em sua substituição por outras. O que significa a substituição no poder de uma classe por outra. Uma classe em ascensão, em desenvolvimento, é aquela que corresponde às forças de produção em desenvolvimento; a mesma classe, depois da conquista do poder político, se estabelece num novo sistema de relações de produção, criado por ela, e entra em contradição com as novas forças de produção, liberadas por sua própria tomada de poder. Essa tem sido a história das classes até nossa época; e o processo dialético de evolução e o desenvolvimento da sociedade e das classes em oposição. Esse processo, que pode ser tomado como um modelo, é matizado e modificado em cada caso particular, em cada etapa histórica, por outros fatores políticos e sociais. É dessa forma que uma classe determinada sempre está ligada a uma estrutura socioeconômica determinada e toda mudança estrutural da sociedade é acompanhada por transformações no caráter das classes que a caracterizam.

As relações que existem numa época determinada entre as classes da sociedade estão refletidas na estrutura do poder e no Estado. Se bem que o Estado representa, geralmente, os interesses da classe dominante, na prática ele pode expressar, às vezes, um compromisso entre distintas classes e frações de classes. Porém, enquanto existirem contradições entre as forças de produção e as relações de produção na sociedade, ou seja, entre as classes sociais, a luta política das classes terá sempre por objetivo o controle do poder do Estado.

As relações entre a estratificação social e a estrutura de classes

Se considerarmos que as oposições de classe na sociedade são assimétricas, que frente aos que possuem o poder, os meios de produção e as riquezas se encontram aqueles que não as possuem; que os que não trabalham com seus meios de produção empregam o trabalho assalariado de outros; que uns estão "acima" e outros estão "abaixo", é fácil ver que as diferentes posições ocupadas pelas classes na sociedade representam efetivamente uma estratificação. Certamente não se trata, de um *continuum de status* individuais nem de uma série de estratos superpostos. As hierarquias que se formam na sociedade agrupam seus extremos, ou classes ou blocos de classes em oposição, e no meio as camadas ou estratos intermediários. No entanto, isto não pode ser reduzido a um esquema válido universalmente. As características específicas de cada sistema de estratificação dependem diretamente do

conteúdo específico das relações e das oposições entre as classes. As estratificações estão baseadas nas relações entre as classes, e tendem a refleti-las.

Há estratificações que, à primeira vista, não se assentam nas relações de classes como, por exemplo, as categorias ocupacionais de prestígio, ou certas hierarquias baseadas por critérios de extração racial ou étnica, nas sociedades múltiplas. Mas essas estratificações têm sua origem numa situação de classe e não podem realmente ser compreendidas se não as relacionarmos com esta. A posição do operário industrial, numa escala de prestígio, tem sua origem na situação do proletariado durante o período do desenvolvimento do capitalismo industrial, e esta posição encontra-se ainda enraizado no sistema de valores da sociedade, em que pesem as mudanças ocorridas na situação objetiva do proletariado desde então. Da mesma forma, a discriminação dos negros nos Estados Unidos, ainda que se ignore no momento suas implicações econômicas, tem sua origem na escravidão, assim como no desenvolvimento do capitalismo industrial nos Estados Unidos depois da abolição desta. A estratificação racial nesse país baseia-se, evidentemente, numa situação de classe, ao menos originalmente, e mesmo em grande parte na atualidade.(31)

As estratificações representam, na maioria das vezes, o que poderíamos chamar cristalizações ou projeções sociais, freqüentemente também jurídicas e, em todos os casos, psicológicas, de certas relações sociais de produção representadas pelas relações de classes. Nessas cristalizações sociais intervem outros fatores secundários e acessórios (por exemplo, religiosos, étnicos), que reforçam a estratificação, e que têm, ao mesmo tempo, a função sociológica de “libertá-la” de seus vínculos com a base econômica; em outras palavras, têm a função de mantê-la em vigor ainda que mude sua base econômica. Conseqüentemente, as estratificações podem ser consideradas também como justificações ou racionalizações do sistema econômico existente, ou seja, como ideologias.(32) Como todos os fenômenos de superestrutura social, a estratificação adquire uma inércia própria que a mantém ainda que as condições que a originaram tenham se modificado. À medida que as relações entre as classes se modificam — devido à dinâmica das oposições entre as classes, às lutas e aos conflitos de classes — as estratificações se transformam em *fósseis* das relações de classes nas quais se basearam anteriormente. Podem, portanto, deixar de corresponder a estas, e até entrar em contradição com elas, particularmente no caso de mudanças revolucionárias na estrutura de classes. É por isso que certos tipos de estratificação não têm, aparentemente, nenhuma relação com a base econômica; por exemplo, no caso de certas estratificações sociais estabelecidos em tomo da aristocracia em diversas monarquias européias, e no caso dos vestígios de uma estratificação étnica, correspondente à época colonial, em certos países da América Latina, inclusive o México.

Do que foi dito acima depreende-se que as estratificações, como fenômenos da superestrutura e como o produto de certas relações de classes, atuam, por sua vez, sobre estas relações. Não constituem somente seu reflexo passivo. As categorias intermediárias das estratificações tendem a diluir as oposições mais agudas que possam existir entre seus estratos polarizados, na qualidade de classes. Nos

(31) A tese de que a discriminação racial nos Estados Unidos constitui um sistema de exploração econômica é considerada como anátema pela maior parte dos sociólogos norte-americanos. Esta tese foi brilhantemente desenvolvida por outro sociólogo norte-americano, Oliver Cromwell Cox, em seu *Caste, Class and Race, a Study in Social Dynamics*, N. Y., Monthly Review Press, 1959.

(32) Não há nenhuma contradição no fato de considerar a estratificação como uma realidade social (quando se traduz em formas especiais de conduta e em determinados níveis de vida), como uma hierarquia de valores e como uma ideologia (no sentido de uma valorização ou interpretação moral, política, religiosa ou filosófica, de determinada situação social). Como exemplo podemos tomar a situação na União Sul-Africana, em que a estratificação étnica coloca os brancos na cúpula e os *coloured* (hindus e mulatos) no meio e os negros na base. Aqui a estrutura de classes corresponde, em termos gerais, à estratificação. Os africanos constituem o proletariado explorado das minas e indústrias, e a servidão. As leis desumanas de *apartheid* são o instrumento da minoria dominante branca para manter o sistema de exploração. Os *coloured* constituem efetivamente as camadas médias do sistema econômico: a pequena burguesia artesanal, comercial e de serviços. Os europeus são os proprietários dos meios de produção, da riqueza e do poder político. Tudo isso é justificado com referências piedosas à “tradição tribal do africano”, baseadas no abuso e na falsificação do conceito de relativismo cultural, quando não o é com um franco racismo.

Outro exemplo é o que nos dá W. L. Warner em seus estudos sobre *Yankee City*. Ali a estratificação (na medida em que constitui uma realidade social e não um produto da imaginação do autor) compreende critérios tão diversos como a antiguidade da linhagem familiar, a educação, a religião, a origem nacional, a zona residencial etc. Tudo isso está expresso na hierarquia de valores dominantes e santificado pela ideologia do “American Way of Life”. Porém, aqui a estratificação já não corresponde à realidade econômica e as tendências da estrutura de classes separam-se da estratificação estabelecida.

sistemas de estratificação que permitem a mobilidade social entre os estratos, esta tem a dupla função de reduzir as oposições mais agudas entre as classes e de reforçar a própria estratificação. A estratificação exerce, pois, um papel eminentemente conservador na sociedade, enquanto que as oposições e os conflitos de classes constituem, por excelência, um fenômeno de ordem dinâmica. A estratificação social, ao mesmo tempo que divide a sociedade em grupos, tem por função integrar a sociedade e consolidar uma estrutura socioeconômica determinada. Esta estrutura está dividida, certamente, não pela estratificação mas, sim, pelas oposições de classes. Do ponto de vista dos interesses dos agrupamentos sociais, toda estratificação serve aos interesses do estrato superior, porém somente certos tipos específicos de estratificações servem aos interesses da classe dominante da sociedade (somente aquelas estratificações que correspondem à estrutura socioeconômica). A classe dominante e o estrato superior podem não ser idênticos; é o caso, por exemplo, das relações entre as classes que se desenvolveram além dos limites das estratificações fixadas na sociedade. Parece que os dois tipos de agrupamentos (classe dominante e estrato superior) podem coexistir durante algum tempo, e se entrecruzam na estrutura social, segundo as circunstâncias históricas particulares. Porém, mais cedo ou mais tarde desenvolve-se um novo sistema de estratificação que melhor corresponde à estrutura de classes existente. Isso também pode explicar-nos a coexistência de múltiplos sistemas de estratificação em uma sociedade, enquanto que somente uma estrutura de classes é possível dentro de um sistema socioeconômico determinado. As classes são incompatíveis umas com as outras, isto é, excluem-se mutuamente; porém, não sucede o mesmo com os estratos dos diversos sistemas de estratificação. Isto significa que um indivíduo pode ter diversos *status* na sociedade, participar em diversas estratificações, enquanto apenas pode pertencer a uma classe. (O que não nega a possibilidade que tem um indivíduo de mudar de classe, ou, sendo membro de uma classe, de identificar-se conscientemente com outra; por exemplo, o caso dos líderes revolucionários do proletariado ou do campesinato que têm sua origem na burguesia.) Se as estratificações representam sistemas de valores aos quais se pretende dar uma validade universal, as oposições entre as classes, ao contrário, criam sistemas de valores que entram em conflito. Em conseqüência, as contradições que se podem produzir entre um sistema de estratificação e uma estrutura de classes implicam também em múltiplos conflitos entre sistemas de valores.(33)

Casta, raça e minoria

Os esquemas de classes sociais e de estratificações complicam-se com freqüência pela introdução de termos como *casta*, *raça* e *minoria*. Nos países subdesenvolvidos, mas também em alguns outros, ouve-se falar de uma estratificação racial ou de uma estratificação de castas em oposição a um sistema de classes. Torna-se, portanto, conveniente precisar estes termos e considerar o modo como fazem parte da teoria da estratificação e das classes sociais.

1) Castas

As discussões que surgem entre os especialistas sobre o significado e a caracterização sociológica das *castas* e do sistema de castas, demonstram que a essência do fenômeno não foi ainda totalmente compreendida e que ainda existem muitas divergências entre os estudiosos. Há um consenso geral em afirmar que um sistema de castas é um sistema de estratificação e que não tem sentido falar de

(33) Quanto mais a estratificação deixa de corresponder às relações de classes subjacentes, tanto menos é aceita como sistema de valores por todos os estratos que a compõem, os quais tratam de impor, pelo contrário, seus próprios sistemas de valores. Daí surge a multiplicidade de conflitos entre sistemas de valores em uma sociedade que está por sua vez multiestratificada e dividida em classes sociais. Veja-se W. F. Wertheim, "La société et les conflicts entre systèmes de valeurs", em *Cahiers Internationaux de Sociologie*, XXVIII 1960.

uma "casta" sem referir-se a um sistema de castas. Porém, a partir deste consenso, desenvolvem-se duas tendências divergentes. A primeira considera que um sistema de castas é uma forma particular de estratificação caracterizada por vários traços estruturais específicos (rigidez do sistema, o fazer parte de uma casta por nascimento, impossibilidade de mudar de casta, endogamia, hierarquia absoluta de castas em todos os campos, particularmente no sistema de valores). De acordo com esta tendência, todo sistema de estratificação que apresentar algumas destas características pode ser considerado como um sistema de castas, ou como uma variante de um sistema de castas. Segundo esta tendência, a casta representa um caso extremo, rígido, imóvel de estratificação, em oposição a uma estratificação de "classes sociais", aberta, móvel etc.(34) A segunda tendência considera o sistema de castas como um fenômeno cultural, especificamente hindu, enraizado no sistema de valores e na filosofia hindus, e incompreensível fora deste ponto de referência. Tratar-se-ia, pois, de acordo com esta tendência, de um fenômeno *sui-generis* que não se encontra presente em nenhuma outra parte.(35)

Uma posição intermediária é adorada por certos estudiosos britânicos, os quais consideram o sistema de castas do ponto de vista estrutural, porém limitado à área cultural pan-indiana. Além das características já mencionadas das castas, estes estudiosos insistem sobretudo (como fazem, além do mais, Cox e Dumont) em certos traços relacionais do sistema de castas: os direitos e as obrigações mútuas das diferentes castas, sua inter-relação funcional. Assim, Leach vê na casta "uma unidade funcional com uma série especial de características culturais que a distinguem". E Bailey insiste no fato de que um sistema de castas se encontra apenas em sociedades pequenas e simples (as aldeias indianas), e que perde suas características estruturais no nível do Estado e com a complexidade política e econômica da sociedade moderna.(36)

Seja qual for a situação na área cultural pan-indiana, é necessário determinar se o conceito de casta pode ser aplicado a outros sistemas de estratificação.

Em nossa opinião, o uso do conceito *casta* fora da área pan-indiana não é justificável. Se o emprego deste termo serve para caracterizar uma estratificação aberta, dita de "classes", então parece-nos que seu emprego causa mais confusão do que esclarece. Uma estratificação rígida pode ser parte de um sistema de classes tal como definimos este conceito na seção anterior. Se, por outro lado, o conceito de casta é empregado para caracterizar grupos raciais (como nos Estados Unidos ou na África do Sul), ou diversas etnias (como na América Latina), então seu emprego (ao fazer comparações implícitas com a área pan-indiana) também conduz a confusões porque freqüentemente ignora os fatores históricos que intervêm no estabelecimento destes sistemas de relações: a escravidão, o colonialismo, a conquista militar, os trabalhos forçados etc., estes elementos todos, associados à expansão econômica da Europa. Não vemos, pois, nenhuma vantagem metodológica no emprego do termo *casta* como categoria analítica no estudo das estratificações e dos sistemas de classes fora da área cultural pan-indiana.

2) Raças e minorias

Uma vez que estas duas categorias são mencionadas com freqüência nos estudos sobre classes e castas e sobre a estratificação em geral, é conveniente determinar suas características principais. Do ponto de vista sociológico, a "raça é um agrupamento humano definido culturalmente em uma sociedade dada", que se distingue de outros agrupamentos por características biológicas que se lhe atri-

(34) Esta tendência é representada por A. L. Kroeber (cf. "Caste", in *Encyclopedia of the Social Sciences*, New York, 1930) e pela escola norte-americana de Warner, Davis et al. (e também Myrdal), os quais consideram as relações raciais nos Estados Unidos sob o prisma da casta. Também o sociólogo hindu G. S. Ghurie faz parte desta corrente (cf. seu *Caste and Class in India*, Bombaim, 3ª ed., 1957). O antropólogo inglês S. F. Nadel expressa as mesmas idéias ao escrever: "Quando a posição social uniforme de cada estrato está rigidamente adscrita à base da ascendência, falamos de castas; quando a posição social uniforme se baseia em qualidades adquiridas, de tal forma que há mobilidade entre os estratos, falamos de *classes sociais*." Ver *Fundamentos de Antropologia Social*, México, 1955, p. 191.

(35) Esta tendência está representada principalmente por O. C. Cox, *op. cit.*, nos Estados Unidos, e por Louis Dumont, na França (cf. "Caste, racismo et stratification", em *Cahiers Internationaux de Sociologie*, XXIX, 1960).

(36) E. R. Leach (org.), *Aspects of Caste in South India, Ceylon and North-West Pakistan*, Cambridge, 1960. Introdução; e também F. G. Bailey, "Social Stratification in India", mimeografado, Universidade de Manchester, 1961.

buen e que podem variar de um lugar para outro.(37) O conceito adquire todo o seu valor sociológico nas condições específicas que os norte-americanos chamam *race relations*, isto é, os sistemas de relações sociais determinadas que permeiam a dois ou mais agrupamentos, cada um dos quais pode ser caracterizado em termos raciais. Sempre que duas ou mais raças, assim definidas, interagem num sistema de relações sociais, é necessário caracterizar o tipo de relações de que se trata: políticas, econômicas, sociais. Os agrupamentos raciais podem enfrentar-se num sistema de classes (como nos Estados Unidos), e nos sistemas coloniais (como na África colonial), ou mesmo em estruturas sociais que contêm os dois tipos de relações (como na América Latina). Geralmente, quando se fala de relações raciais, fala-se de dominação e de subordinação, assim como de conflitos sociais, econômicos e políticos entre os agrupamentos raciais, cujo objeto é a manutenção ou a destruição de certos privilégios econômicos ou políticos de uma das raças ou a competição entre os grupos raciais pela conquista de certos privilégios ou direitos. E evidente, em conseqüência, que quando se fala de relações sociais, importa descobrir a essência sociológica intema dos pactos que unem as raças ou dos conflitos que as separam.

Às vezes fala-se de *minorias*. Uma *minoría* pode definir-se como um subgrupo de uma sociedade mais ampla, cujos membros estão expostos a incapacidades que tomam a forma de preconceitos, discriminação, segregação ou perseguição por parte de outro tipo de subgrupo, considerado geralmente como uma maioria.(38)

As minorias se distinguem, além disso, por sua tendência à endogamia e, geralmente, por ter características culturais próprias que as transformam em subculturas. As minorias são geralmente hierarquizadas em uma escala de *status* e seus membros competem com a maioria pela hierarquia e os privilégios. As minorias podem ser nacionais, lingüísticas ou religiosas.(39) Assim como as raças, podem representar, pois, por sua vez, estratos num sistema de estratificação e grupos de poder em conflito político (e às vezes econômico) com outras minorias ou com o grupo chamado "maioria". O conflito pode ter por objeto, ora a emancipação, ora a assimilação, segundo o caso. As minorias não são classes, principalmente porque a base de sua integração não é sua relação com os meios de produção, nem seu lugar no processo de produção da sociedade. Não obstante, é possível que uma minoria se encontre numa situação de classe, e que sua luta política contra a "maioria" se transforme numa luta de classes. Estes casos particulares devem ser analisados no padrão de estudos empíricos específicos, porém sobretudo não se deve confundir os dois termos, apesar do fato de que, às vezes, podem recobrar-se e inter cruzar-se na realidade.

(37) P. L. van den Berghe, "The Dynamics of Racial Prejudice: An Ideal Type Dichotomy", em *Social Forces*, 37, 2, 1968. Os critérios antropológicos para definir as raças são supostamente diferentes.

(38) Marvin Harris, "Caste, Class and Minority", *Social Forces*, 37, 3, 1969. Em geral, a sociologia norte-americana inclui as raças entre as minorias.

(39) A conotação numérica dos termos "minoría" e "maioría" é infeliz. Trata-se, supostamente, de agrupamentos que participam mais ou menos da cultura dominante, independentemente de seu número. Para Harris, a relação casta-minoría-classe é um *continuum*: assim um sistema de castas em que estas começam a competir umas com as outras transformar-se-á em um sistema de minorias, o qual, por sua vez, se transformará num sistema de classes. Isto é o que estaria se passando na Índia e o que se passou na Europa feudal, segundo o autor. Esta concepção não corresponde, evidentemente, ao que desenvolvemos neste capítulo.